

WEBER E DURKHEIM, ENTRE ELES, WITTGENSTEIN

BRUNO DE OLIVEIRA SANTOS PAIVA NOGUEIRA¹

INTRODUÇÃO

No período 1890-1920, a sociologia estava em surgimento e no contexto de legitimação como conhecimento científico. Não foram poucas as obras publicadas com esse intuito. Émile Durkheim e Max Weber tiveram bastante espaço nesse debate; possuem várias obras que relacionam a sociologia com outros campos da ciência. O rápido desenvolvimento das ciências naturais no período criou incentivos para a cristalização de princípios a serem seguidos na edificação do conhecimento; a sociologia não estava ausente da necessidade de legitimação epistemológica que vinha na esteira da complexificação das outras disciplinas.

Dentro desse quadro, na década de 1910, entrou em cena um engenheiro que se voltou para os problemas dos fundamentos da lógica e da matemática, progressivamente, desenvolvendo um interesse pela filosofia. Em 1918, terminou de escrever seu primeiro livro, em que acreditava ter resolvido todos os problemas da filosofia. Historicamente, Ludwig Wittgenstein I² pode

¹ Mestrando em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: bruno.laze@gmail.com

² Utilizo o nome “Wittgenstein I” para recordar que estou tratando apenas da primeira fase de sua filosofia. “Wittgenstein II” se refere à sua fase posterior, representada pelas Investigações Filosóficas. Para mais informações ver Wittgenstein (1999).

não ter solucionado as questões filosóficas que ainda causam perplexidade, mas fez uma importante contribuição para entendermos o funcionamento da dimensão objetiva do mundo, e sua relação com a linguagem.

As teorias encontradas no *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP³) serão aqui utilizadas para conceituar uma visão científica de mundo, ou para demonstrar até onde se pode ir cientificamente. Para isso, primeiro, é preciso mostrar as ideias contidas no TLP, e como elas se relacionam com a questão da ciência. Será mostrado que a relação entre linguagem e mundo está alicerçada na relação de dois axiomas da linguagem com seus correspondentes externos a ela, e que as ciências agem nos limites desse pressuposto. Em seguida, a imagem científica traçada será comparada com a visão de Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico* (1978), e Weber, em *A Ciência como Vocação* (1973). Serão vistos dois trabalhos de questões distintas, Durkheim com a questão metodológica e Weber com a questão contextual. Quanto ao método, ambos parecem concordar com regras básicas, que podem ser traçadas segundo as teorias do TLP.

WITTGENSTEIN

“Nós também achamos que a filosofia deve ser científica” (HEATON; GROVES, 2009, p. 69). A frase, pronunciada pelo desenho de Moritz Schlick, é rebatida pelo desenho de Wittgenstein I na mesma página, que não considerava a filosofia do TLP como algo do gênero. Este pretendia estudar a relação curiosa entre a linguagem e o mundo, traçando os limites alcançáveis do uso da linguagem. E o faz de maneira sistemática, com toda a consistência do rigor lógico. A teoria disposta no TLP sugere que a linguagem possui a mesma estrutura que a realidade, e que, por

3 A edição consultada é de 2008, traduzida por Luiz Henrique Lopes dos Santos. Tenho algumas divergências com a tradução – como Bild, que prefiro traduzir como quadro ao invés de figuração – que serão denotadas se for o caso. Também foi consultada a primeira publicação em inglês, traduzida por C. K. Ogden (1922). Os números com pontos que seguem em parênteses referem-se à notação utilizada por Wittgenstein para organizar as proposições e ideias que compõem o livro.

isso mesmo, conseguimos colocar sentido em proposições que representam fatos concretos. As proposições são combinações de nomes ou sinais (TLP 3.202), e os fatos, de objetos (TLP 2.01)⁴. O processo de representação da realidade em proposições é chamado de afiguração – uma proposição tem sentido apenas se faz um quadro (em alemão *Bild*) com a mesma forma lógica dos objetos a que se refere.

O disco da vitrola, o pensamento e a escrita musicais, as ondas sonoras estão uns em relação aos outros no mesmo relacionamento existente entre a linguagem e o mundo.

A todos é comum a construção lógica.

(Como na estória dos dois jovens, seus dois cavalos e seus lírios. Num certo sentido, todos são um.) (4.014)

O TLP foi muito aproveitado para reforçar uma visão “científica” da filosofia. Ele está ligado ao programa da filosofia como “busca da verdade” de uma forma bastante curiosa – sugere que as únicas verdades necessárias são as lógicas (tautologias).

A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo.

A lógica é transcendental. (6.13)

A pesquisa da lógica significa a pesquisa de toda legalidade⁵. E fora da lógica é tudo um acaso. (6.3)

No entanto, conhecer tais verdades lógicas está longe de ser uma grande conquista. À parte das verdades lógicas, o resto da verdade do mundo seria contingencial, carente de forças movendo as engrenagens.

Não há coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo mais deva acontecer. Só há necessidade lógica. (6.37)

Sua higiene lógica chega a pontos perplexos.

4 No linguajar técnico do TLP, os fatos seriam “subsistência de estados de coisas”, que por sua vez são arranjos de objetos.

5 Na edição consultada em inglês, lê-se regularidade.

Que o Sol se levantará amanhã é uma hipótese, e isso quer dizer: não sabemos se ele se levantará. (6.36311)

Muitas pessoas iriam se sentir contrariadas por essa afirmação. É difícil encontrar alguém que responderia à pergunta: “O Sol se levantará amanhã?” com um “Não sei.”. Mas tendo em mente o programa filosófico de Wittgenstein I, o necessário a priori é apenas o lógico: “O Sol poderá ou não se levantar amanhã”. Aqui já há uma semelhança com a ciência, que tecnicamente trabalha com probabilidades e não com certeza (BENSON, 2007, p. 22-23). A certeza, para Wittgenstein I, é mística – é inexpressável, não há um objeto no mundo a que o nome certeza se refira, enfim, é subjetiva. O TLP trata bastante do “místico”, com a mensagem de que a linguagem não pode tocá-lo objetivamente.

Existe com certeza o indizível. Isto se mostra, é o que é místico. (6.522)

O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo tudo é como é e acontece como acontece: não há nele nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor.

Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser-assim. Pois todo acontecer e ser-assim é casual.

O que o faz não casual não pode estar no mundo; do contrário, seria algo, por sua vez, casual.

Deve estar fora do mundo. (6.41)

Curiosamente, essas ideias levaram Wittgenstein I a considerar seu livro como irrelevante para o que é importante na vida. O TLP tenta tratar apenas daquilo que seria inegável, a negação de alguma proposição sua viria apenas de uma má compreensão de algum nome. O problema é que tais verdades essenciais seriam apenas “tautologias vazias” (PEARS, 1973, p. 50), que não expressam nada significativo. Imagine alguém que convide um amigo para jantar e receba a resposta “Eu posso ir ou não.”. As verdades filosóficas seriam coisas óbvias como essa, o que levou Wittgenstein a escrever:

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através

delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.)

Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente. (6.54)⁶

As proposições do TLP então não expressam nada significativo. E o que seria significativo? Respondendo essa pergunta, traço o nexos entre a teoria de Wittgenstein I e a conceituação de ciência a ser proposta. Primeiramente, há uma ressalva importante – todo o tratamento da linguagem feito no TLP, na verdade, está circunscrito a uma dimensão da linguagem: o discurso factual. Como escreve Bertrand Russel no prefácio, “importam-lhe as condições que teria que cumprir uma linguagem logicamente perfeita [...]. O trabalho essencial da linguagem é afirmar ou negar fatos.” (2008, p. 113-114). Em sua fase posterior, Wittgenstein dedicou-se a tentar mostrar que a linguagem vai muito além da forma afigurada no TLP. A linguagem é muito usada para coisas místicas, que uma análise completa das proposições não colocará em evidência todos os efeitos. O TLP, portanto, abarca apenas uma fração da economia de significados que é a linguagem. Wittgenstein I estava afiliado a um programa filosófico que buscava responder perguntas como: “O que se pode *realmente* saber sobre o *mundo*?”, um projeto que só poderia fazer sentido dentro do discurso factual, com uma sobriedade que convida à ideia de “filosofia científica”.

Dentro desse eixo, Wittgenstein I acabou por desenvolver uma epistemologia fundamentada por uma teoria do significado. Ela pretende responder como a linguagem pode representar fatos. A resposta está na analogia entre estruturas, como diz Russel (2008, p. 114) na introdução, “Para que uma certa sentença afirme um certo fato, deve haver, como quer que esteja construída a linguagem, algo em comum entre a estrutura da sentença e a

6 No entanto, o contra-senso não viria somente daquele sentimento perante o óbvio. Há locais que a análise lógica não pode alcançar, e que tentando alcançar levaria a contra-senso – como a natureza dos objetos (cf. PEARS, 1973, p. 67-69; 85-93) e a própria ideia de forma lógica. Talvez Wittgenstein I pensasse que a única justificativa é a própria experiência: “O Místico não é como o mundo é, mas que ele é.” (6.44), assim como sugere Quine (1951).

estrutura do fato.” A possibilidade de analogia está fundamentada por dois axiomas, X e Y, como escreve Pears (1973, p. 62), “X afirma que toda a proposição factual tem um sentido preciso; Y afirma que a maneira como as proposições factuais adquirem sentido é a da figuração”. X repele a ambiguidade, postulando que cada nome deve referir-se a um objeto específico (idealmente, cada objeto tem um nome próprio). Y “afirma que uma proposição factual só tem sentido porque suas palavras representam coisas existentes ou porque são decomponíveis em outras palavras que representam coisas existentes”. (PEARS, 1973, p. 67) O respeito aos dois axiomas é o que permite que os sinais/nomes tenham significado – o *Bedeutung*.

Tendo essas questões em mente, podemos sugerir um conceito de ciências puras: atuam no âmbito do discurso factual, e possuem como premissas os axiomas X e Y. Isso quer dizer que as proposições científicas são aquelas cujos nomes estão associados a um objeto verificável no mundo, e cuja estrutura análoga seja encontrada na combinação de objetos (os fatos) à qual a combinação dos nomes (a proposição) se refere. Além disso, a analogia deve ser passível de ser encontrada *empiricamente*⁷. Caso contrário, a astrologia, por exemplo, seria uma ciência. A indefinição de Wittgenstein I sobre o que seriam os objetos abre margem para interpretações amplas, como no caso da astrologia: evidentemente há muitas pessoas que creem que proposições astrológicas encontram analogia de estrutura no mundo (correspondem a fatos). Muitos critérios foram elaborados para verificar tais analogias. Uma interpretação célebre foi a de Rudolf Carnap, que viu como critério a experiência sensorial

7 Devo recordar que Wittgenstein I não estabeleceu uma hierarquia das proposições significativas, pelo contrário, afirmou que “Todas as proposições têm igual valor.” (6.4) Pela teoria do significado, os nomes devem corresponder a objetos do mundo, e é bem possível que o que uma pessoa vê como objeto do mundo outra não consiga afigurar. Um exemplo contundente na sociologia atual é de Bruno Latour (1994), que postulou e.g. a existência de Híbridos como parte importante na constituição daquilo que interessaria aos sociólogos. Afigurar o que seria um Híbrido pode ser tarefa improficua que não fornece objeto algum no mundo que corresponda ao termo - ou vendo tudo como nomeável dessa forma, tornando-o uma tautologia -, logo o termo não faria sentido.

(CRYAN; SHATIL; MAYBLIN, 2008, p. 31). A natureza de tais critérios, e a relação de tal natureza com a forma de vida humana é objeto de análise extensa que gerou muitas teorias, principalmente sobre a natureza da ciência. Derek Phillips (1977) faz um estudo que mostra o debate surgido no século XX entre duas imagens de ciência: ele chama uma de absolutista e outra de relativista. A primeira acentua os aspectos analógicos acima descritos – a vê como um espelho da natureza, por assim dizer; enquanto isso, a segunda acentua os aspectos sociais, na medida em que a validade do conhecimento científico é legitimada por comunidades científicas⁸. Phillips utiliza Wittgenstein II como fonte para tratar do assunto e sugerir que, apesar da natureza social das ciências, ela está ligada à forma de vida humana como surgiu na Terra. A essência da analogia entre natureza e linguagem foi mistificada por Wittgenstein I, logo não ganhou espaço de análise. Quine (1951) apontou que essa relação tem sua legitimidade fora da lógica, i.e. na vida prática, e por isso é, digamos, mística. O fato é que toda pretensão de ciência se baseia nessa analogia (segundo Quine, os dogmas do empirismo), e a teoria do significado (os axiomas X e Y) é uma boa forma de estruturá-la.

Vejamos algumas considerações no TLP sobre as ciências.

A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais). (4.11)

A filosofia não é uma das ciências naturais.

(A palavra "filosofia" deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais. (4.111)

Proposições como o princípio de razão, continuidade na natureza, mínimo esforço na natureza, etc., etc., todas elas são iluminações a priori sobre a conformação possível das proposições da ciência. (6.34)

8 Acredito que, na verdade, essas duas imagens são incomensuráveis, ou seja, tratam de coisas diferentes. Uma estuda o conceito, enquanto a outra, o contexto. Mas a discussão é muito extensa, e não cabe aos propósitos aqui estabelecidos.

As proposições do (6.341) também são bastante interessantes para a discussão (e muito extensas para serem colocadas aqui). Permitem atualizar a questão do discurso factual: não apenas as ciências se enquadram nesse âmbito, mas também cada uma delas possui um modelo de atuação e regras específicas para se desenvolver⁹.

Para Wittgenstein I, as ciências naturais são as proposições verdadeiras, aquelas que vemos como afigurando a realidade (axioma Y), indubitável se alguém bem compreende o que os nomes contidos representam (axioma X). As leis científicas são apenas heurísticas, isto é, para ilustrar consequências lógicas de possíveis situações¹⁰. A atividade filosófica deve estudar os usos da linguagem para verificar se esse padrão está sendo respeitado, ou se está fazendo um malabarismo semântico que extrapola os axiomas da teoria do significado, impossibilitando a objetividade (campo que se tornou conhecido como *filosofia analítica*).

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivessem ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto. (6.53)

Essa primeira parte visou ilustrar um pouco da visão de Wittgenstein sobre a relação da linguagem com o mundo, e como a ciência se justifica nesse contexto. Se a ideia de filosofia científica pode ser aplicada ao TLP, é pela tentativa de afastar todo o misticismo da filosofia – falar apenas o indubitável, se calando para o resto¹¹ – e por trabalhar o mesmo âmbito da linguagem

9 Nos termos de Wittgenstein II, cada ciência possui um particular *jogo de linguagem*. Ver: Wittgenstein (1999).

10 Por exemplo, “a neve é branca” ilustra que se alguém encontrar neve, ela será branca. Esse argumento foi desenvolvido pelo Círculo de Viena com o termo “dedução nomológica”: “a ideia é que a ciência propõe leis gerais das quais resultados particulares podem ser deduzidos”. (CRYAN; SHATIL; MAYBLIN, 2008, p. 118, tradução nossa)

11 O famoso encerramento do TLP – “Sobre aquilo de que não se pode falar,

que circunscreve as ciências, chamado por Pears de discurso factual. No entanto, o próprio Wittgenstein (2008, p. 133) escreve, no prefácio, que além do esclarecimento lógico dos problemas filosóficos “o valor deste trabalho consiste, em segundo lugar, em mostrar como importa pouco resolver esses problemas”. Contudo, ao menos terminamos com um tipo ideal de ciência, embasado pela teoria do significado e por um conjunto de objetos na natureza cuja existência a ciência em si não questiona, apenas aceita. Agora é possível comparar esse conceito com a visão de sociologia de Durkheim e Weber.

DURKHEIM

O TLP sugere que nossa linguagem habitual é de certa forma enganadora. Por não entendermos sua lógica, criamos confusão. O objetivo da filosofia seria o fim dessa confusão pelo “esclarecimento lógico dos pensamentos” (TLP 4.112). Há uma crença na objetividade das regras da linguagem, e a filosofia serviria para denotá-las e filtrar o que pode ou não ser afirmado. Além disso, elas precedem o trabalho científico e são isomórficas ao que o cientista pode encontrar e estabelecer sobre o mundo. Durkheim pode ser considerado partidário dessas ideias, com uma firme afirmação do caráter objetivo dos fatos a serem desvelados ao cientista. Segundo ele, há um método para o estudo do mundo externo que conta com rigor, coerência, coesão, clareza (as características da lógica) etc. e que é o modo adequado de enxergar os fatos – o método científico. Em *As Regras do Método Sociológico*, afirma que “as maneiras de pensar mais habituais são antes contrárias do que favoráveis ao estudo científico dos fenômenos sociais”. Sugere que, se desejamos tratar de sociologia, o princípio fundamental é “a realidade objetiva dos fatos sociais”, e que desta esfera objetiva não se deve ir além, pois seria misturar arte com ciência. “Em lugar de ciência das realidades, nada mais fazemos do que análise ideológica” em diversas situações e com diversos objetos da sociologia, principalmente

deve-se calar.” (7.0) – também poderia ser escrito da forma: “Sobre aquilo de que não se pode falar, podemos falar infinitas coisas”.

por se tratar de uma ciência tão próxima de nossas vivências. É necessário substituir essas análises subjetivas afastando “sistematicamente *todas as prenoções*”; “considerar os fenômenos sociais em si mesmos, destacados dos indivíduos conscientes que formulam representações a seu respeito”; e não esquecer que “o sentimento é objeto de ciência, não é critério de verdade científica”. (DURKHEIM, 1978, p. XVI; XXXII; 13-16; 24; 27; 29)

Durkheim (1978, p. XXI, 13; 17-19) faz uma filosofia da forma como concebe Wittgenstein I, ao tentar remover as confusões que cercam um conceito (sociologia) e dá-lhe um tratamento lógico (i.e. uma definição): ele deseja que o misticismo fique ausente do estudo sociológico, ou seja, para que não haja a chance de indivíduos compreenderem de forma subjetiva as mesmas proposições. Em uma passagem das Regras, o vemos criticando o trabalho de seus predecessores Auguste Comte e Herbert Spencer, por tomarem como objeto de estudo concepções pessoais que faziam da vida social. Seu tratamento dado aos fatos sociais (o objeto de estudo da sociologia) também é sintomático. Ele insiste que se deve “considerar os fatos sociais como coisas”, coloca que a proposição “poderia quase passar por um truísmo” e “com exceção talvez dos objetos matemáticos, todo objeto de ciência é coisa”. A insistência de Durkheim nesse esclarecimento conceitual (fazer uma categorização) parece prover da relação fluida entre uma análise científica e uma análise filosófica da sociedade, e do contexto de surgimento da sociologia em que ele se encontrava. Para o TLP, uma coisa por si não existe, pois não é independente de uma conjuntura (o que forma um fato). As “coisas” de Durkheim, nos termos do TLP, seriam o arranjo de objetos (entidades, coisas) que constituem o “estado de coisas” ou, de forma simples, os fatos. E essa constituição em fatos está dada por haver uma forma lógica que organiza os objetos de certo modo, que podemos apreender pela linguagem. Então na verdade, quando Durkheim frisa que os fatos sociais são coisas, quer dizer que existem externamente à linguagem, e que podemos utilizar esta como afigurativa (o axioma Y) daqueles. Dentro do que Wittgenstein chama de “ciências naturais”, estariam

incluídas as proposições sobre fatos sociais, por se arranjam de maneira lógica, portanto apreensível pela linguagem.

Também há nas Regras uma relação interessante com o axioma X. Respondendo a críticos de sua definição de fato social, Durkheim afirma:

O propósito não era antecipar as conclusões da ciência por meio de um ponto de vista filosófico, mas simplesmente indicar quais os sinais exteriores que permitem reconhecer os fatos de que a sociologia deve tratar, a fim de que o cientista saiba percebê-los ali onde se encontram e não os confunda com outros. Tratava-se de delimitar tanto quanto possível o campo da pesquisa, e não de se emaranhar numa espécie de intuição exaustiva. (DURKHEIM, 1978, p. XXIX)

Assim era necessário estabelecer a que o nome “fato social” se referia, para evitar ambiguidades e possibilitar a melhor visão possível dos objetos em questão. A crítica à ambiguidade (DURKHEIM, 1978, p. 30-32) também está no segundo corolário, que limita a pesquisa a certo “grupo de fenômenos previamente definidos por certos caracteres exteriores que lhe são comuns” e dispensa os sentimentos pessoais (o místico) da investigação. Durkheim sempre atenta que é preciso remover o misticismo (para ficar nos termos do TLP) pelo esclarecimento dos conceitos.

No estado atual de nossos conhecimentos, não sabemos com certeza o que são Estado, soberania, liberdade política, democracia, socialismo, comunismo etc., e o método estatuiria a interdição do uso destes conceitos enquanto não estivessem cientificamente constituídos. (DURKHEIM, 1978, p. 19-20)

Há uma miríade de exemplos similares que se vão acumulando ao longo das Regras, Durkheim sempre ressaltando o estado embrionário da sociologia, que limita sua cientificidade e favorece as análises ideológicas. O livro busca inserir a sociologia no panorama mais geral das ciências (naturais) e que se enquadra na descrição do TLP, sujeita ao mesmo método de atuação (teoria do significado aliada a objetos que compõem a realidade/mundo). O método correto da filosofia sugerido por Wittgenstein – mostrar a não correspondência de nomes com

aquilo a que desejam se referir – é utilizado por Durkheim para desconstruir diversos métodos de investigação e conceituações (os casos vistos de Comte e Spencer, a ideia de moral, economia política etc.). E no entanto está manifesta a crença numa forma legítima de apreensão:

Precisamos, pois, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, destacados dos indivíduos conscientes que formulam representações a seu respeito; é necessário estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nesta qualidade que se apresentam a nós. (DURKHEIM, 1978, p. 24)

E em seguida, dispõe:

Uma vez que podemos, pela sensação, alcançar o exterior das coisas, é lícito afirmar, em suma: a ciência, para ser objetiva, não deve partir de conceitos que se formaram sem ela, mas da sensação. (DURKHEIM, 1978, p. 37)

Até aqui, vemos um Durkheim com uma concepção de sociologia em sintonia com a ideia de ciência sugerida na primeira parte, inspirada pelo TLP de Wittgenstein I. A ela caberia a construção de proposições verdadeiras isomórficas à realidade social, que possui a característica de ser objetiva. Essa objetividade é caracterizada pela “exterioridade” dos fenômenos, captável pela sensação (empíria). Em seus corolários, vemos a necessidade de uma filosofia a *la Wittgenstein* – afastar as prenoções, como fazendo a pergunta: “Meu uso da linguagem está se referindo adequadamente aos objetos a que desejo me referir?”. Durkheim identificou diversos quadros (*Bilder*) científicos que não estavam fazendo uma afiguração adequada, logo não poderíamos falar se seriam verdadeiros ou falsos. As Regras buscam estabelecer critérios melhores de afiguração, ou seja, estabelecer os objetos corretos e como se referir a eles – como distinguir o patológico do normal, como estabelecer os tipos sociais, como explicar os fatos sociais e por fim como fazer a verificação (se a proposição é verdadeira ou falsa). Poderíamos perguntar se Durkheim estabeleceu a forma correta de se endereçar aos objetos de interesse da sociologia. Wittgenstein I responderia que isso se mostra, não há nada na linguagem que possa prová-lo, pois, lembremos, a *certeza é mística*.

Nas *Regras*, Durkheim deseja colocar a sociologia ao lado das ciências naturais, passível da mesma objetividade descrita acima: ela é “independente de qualquer filosofia” e “o sociólogo faz trabalho de ciência e não é um místico” (DURKHEIM, 1978, p. 123-124). Sua visão de causalidade também é parecida com a vista no TLP (6.32), quando ele afirma não sê-la “uma necessidade racional, mas apenas [...] postulado empírico”, e que isso não permite inferências mais substanciais.

Para finalizar, há uma ressalva de destaque na analogia proposta, menos explícita nas *Regras*, mas que, na *Aula Inaugural* (DURKHEIM et al., 2008, p. 39-66), fica mais clara: o entusiasmo de Durkheim com as ciências é bastante significativo, e o autor parece crer que seu desenvolvimento encerraria todas as questões importantes sobre a natureza das coisas. Já Wittgenstein I minimiza a importância das descobertas científicas, pensando as coisas importantes não estarem inseridas nesse âmbito.

Sentimos que, mesmo que todas as questões científicas possíveis tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados. É certo que não restará, nesse caso, mais nenhuma questão; e a resposta é precisamente essa. (6.52)

WEBER

“Todo trabalho científico pressupõe sempre a validade das regras da lógica e da metodologia, que constituem os fundamentos gerais de nossa orientação no mundo” (WEBER, 1985, p. 36). As palavras de Max Weber foram proferidas na Universidade de Munique, em 1918, mesmo ano do término do TLP, e publicadas no ensaio *Ciência como Vocação*. Nele, Weber vai muito além da questão da ciência no âmbito epistemológico para abarcar a questão do ponto de vista ético e histórico. Seus questionamentos estão voltados para o contexto, e não para o conceito de ciência. Suas respostas para os aspectos valorativos sempre deixam clara a personalidade das possibilidades.

A ciência pressupõe, ainda, que o resultado a que o trabalho científico leva é importante em si, isto é, merece ser conhecido. Ora, é nesse ponto, manifestamente, que se reúnem todos os nossos problemas,

pois que esse pressuposto escapa a qualquer demonstração por meios científicos. Não é possível interpretar o sentido último desse pressuposto – impõe-se, simplesmente, aceitá-lo ou recusá-lo, conforme as tomadas de posição pessoais, definitivas, face à vida. (WEBER, 1985, p. 36)

Não apenas escapa aos meios científicos, mas ao discurso factual. A importância da ciência seria mística, fora do âmbito dos grilhões lógicos da linguagem do TLP. No universo do discurso factual, “as ciências da natureza nos dão uma resposta à pergunta: que deveremos fazer, se quisermos ser tecnicamente senhores da vida.” (WEBER, 1985, p. 37) Ao filosofar sobre estética, Direito e História enquanto disciplinas, Weber parece concordar com a fundamentação dada no TLP sobre a analogia de forma lógica entre linguagem e mundo – ao menos ela é um pressuposto científico. Tendo em mente o TLP 6.341, Wittgenstein I visualiza o trabalho científico como a construção de um edifício que deve usar determinadas pedras. Tais pedras são o que Weber chama de pressupostos, e de acordo com ele e Wittgenstein pode-se apenas questionar (no âmbito da ciência) se as pedras foram colocadas de forma análoga ao seu referencial – ou seja, se as proposições se encaixam nos fatos, se uma proposição segue de outra etc.

Weber sugere que o mesmo se aplica às ciências sociais, ou seja, há uma forma científica de tratar os fatos desse âmbito: “uma coisa é tomar uma posição política prática, e outra coisa é analisar cientificamente as estruturas políticas e as doutrinas de partidos”, e que ao professor (e ao cientista social) é necessária “probidade intelectual” para ficar sempre clara a distinção entre

o estabelecimento de fatos, a determinação das realidades matemáticas e lógicas ou a identificação das estruturas intrínsecas dos valores culturais, e, de outra parte, a resposta a questões concernentes ao valor da cultura e de seus conteúdos particulares ou a questões relativas à maneira como se deveria agir na cidade e em meio a agrupamentos políticos. (WEBER, 1985, p. 38)

Para Wittgenstein I, fazer essa distinção é fazer filosofia – é esclarecer logicamente os pensamentos. E para Weber, ela é um dos benefícios da ciência para a vida prática:

a ciência contribui para a clareza [...]. Os cientistas podem – e devem – mostrar que tal ou qual posição adotada deriva, logicamente e com toda certeza, quanto ao significado de tal ou qual visão última e básica do mundo [...]. Essa mesma obra é o que procuram realizar a disciplina especial que se intitula filosofia e as metodologias próprias de outras disciplinas. (WITTGENSTEIN, 2008, p. 45-46)

Talvez a ideia de “filosofia científica” não seja tão inadequada para considerar o TLP. Ela ao menos expressa que há semelhanças entre sua filosofia e a forma científica de pensar o mundo. A visão de ciência para Weber parece estar bem de acordo com os limites da linguagem estabelecidos no TLP, e nos dois pensadores vemos o reconhecimento de uma dimensão mística no mundo dos homens, do qual a ciência e a linguagem lógica não conseguem prestar uma avaliação objetiva¹². A importância dessa distinção para as ciências sociais está presente no pensamento de Weber ao menos desde 1904, data da publicação original do ensaio *A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política*. Os outros ensaios que constituem o livro *Metodologia das Ciências Sociais* também entram no assunto. Mas se para o TLP as ciências naturais são todas as proposições verdadeiras, Weber conceitua a sociologia como conhecer a significação cultural de eventos e padrões históricos concretos, e ele busca também expor o contexto em que isso ocorre – uma sociologia do conhecimento.

A validade objetiva de todo conhecimento empírico jaz exclusivamente sobre o ordenamento da realidade dada de acordo com categorias que são subjetivas em um sentido específico, em que elas apresentam os pressupostos de nosso conhecimento e são baseadas no pressuposto do valor dessas verdades que apenas o conhecimento empírico pode nos dar. (WEBER, 1949, 110-11, tradução nossa).

12 Outro ponto forte da obra de Weber é seu trabalho em relação à modernidade e ao desenvolvimento do desencantamento nessa época – ou seja, o deslocamento das proposições éticas, estéticas, religiosas etc. do âmbito objetivo para o subjetivo. No ensaio sobre a *Neutralidade Ética* (WEBER, 1949, p. 3), ele diz que a postura intelectual de silêncio no campo das preferências políticas era bem recente (o ensaio foi originalmente publicado em 1917) e que 40 anos antes havia uma crença mais generalizada dos cientistas sociais em uma visão objetivamente correta. Talvez isso explique um pouco do entusiasmo de Durkheim do final do séc. XIX quanto ao alcance da sociologia.

Há uma semelhança entre a forma de proceder nesse contexto e a escolha dos tijolos para a edificação científica (a metáfora do TLP 6.341). Wittgenstein I nunca expôs critérios de seleção dos objetos do mundo, apenas afirmou sua existência, e Weber sugere que não há critérios científicos (ou lógicos) para legitimar essa escolha. Os dois pensadores parecem ter em mente a sujeição da objetividade aos valores (termo de Weber)/ ao Místico (termo de Wittgenstein), e que é fundamentalmente o que orienta a ciência. Em outras palavras, a lógica está a serviço do extra-lógico.

No âmbito tratado, a concepção de ciência em Weber parece estar em consonância com a visão durkheimiana, e com as formas de apreensão teorizadas por Wittgenstein I – a teoria do significado e a isomorfia lógica entre linguagem e mundo. Ao menos nos procedimentos metodológicos, os três podem ser chamados de *modernistas*, significando aqui a postulação de uma objetividade no mundo captável por uma objetividade linguística, traduzindo-se em conhecimento científico (ou factual). Para os dois sociólogos, isso aparece como um pressuposto básico para o desenvolvimento da sociologia; um território para os tijolos da construção de conhecimentos nessa área. Evidentemente, os tipos de tijolos escolhidos por Durkheim e Weber foram distintos e resultaram em tipos diferentes de sociologia. E, assim como Wittgenstein, pareciam também estar cientes que tal esforço de escolha é extra-lógico.

Com o seu desenvolver, a sociologia foi submetida a dois impulsos distintos: de um lado a tentativa de manter o acima chamado de modernismo e usar a experiência como pilar fundamental de avaliação de proposições sociológicas, que se diferenciariam apenas pelos objetos selecionados (a especialização dentro do campo); de outro, uma diferenciação horizontal que a aproxima mais da filosofia que das ciências naturais, i.e. a formulação de conceitos e sistemas endêmicos de pensamento que frequentemente conflitam em princípios básicos para diálogo. Um desses quadros mais recentes é a Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour (2005), que advoga a eliminação da dualidade entre objetos e

nomes, premissa imprescindível para Weber e Durkheim e cerne do TLP. O resultado é uma hipostasia da linguagem, que podemos grosseiramente rotular aqui como pós-modernismo, no sentido de uma ruptura com a estrutura sugerida pelo TLP (a do discurso factual) para a edificação de conhecimento.

O modernismo evoluiu com o tempo para atender a novas questões e demandas dos sociólogos, fomentando novas conceituações à luz de movimentos teóricos que foram aparecendo. Há, por exemplo, o pós-positivismo (ALEXANDER, 1982; JAIN, 2013), o qual não rompe com as funções analíticas dos axiomas linguísticos do TLP. Tampouco a etnometodologia dispensa tais pilares básicos, sendo herdeira destes e de outros aspectos da sociologia de Weber e Durkheim (HILBERT, 1992). Porém, as opiniões divergem quanto à utilização de tais premissas de forma cãndida. Alguns (e.g. latournianos) afirmam que elas extrapolam o plano analítico e carregam visões de mundo¹³. Tais discussões metafísicas povoam a sociologia e servem de incentivo para ela se localizar em um meio termo entre ciência e filosofia.

DESFECHO

Pelo que foi visto, há certa unidade de pressupostos entre Weber e Durkheim quanto à objetividade da realidade social a ser postulada para a sociologia poder existir como ciência. Pela linguagem, é possível conhecer os objetos que constroem o mundo externo, traçando uma forma lógica análoga na estrutura das proposições científicas. Essas proposições devem seguir os corolários da teoria do significado do TLP, que define os princípios linguísticos a serem seguidos na pesquisa empírica. A sociologia fundamenta-se pelas proposições verdadeiras aí encontradas, e

13 Também há uma demanda por uma reflexividade perene sobre questões epistemológicas, supondo que a ausência seja forma de reificar conteúdos menos filosóficos. E.g. a resenha de Torode sobre o livro de Hilbert, em que ele indica que “há um desejo persistente no texto de Hilbert por uma perspectiva ‘científica natural’ que irá revelar a realidade imperturbadamente” (TORODE, 1994, p. 295, tradução nossa).

sujeitas aos axiomas X e Y. Durkheim pensa ser o desenvolvimento da sociologia o acúmulo dessas proposições, que construirão o conteúdo teórico a capturar a essência da realidade. Weber é mais “pessimista” ao sublinhar que essa acumulação é dependente de critérios de valor subjetivos (proposições verdadeiras podem ser “apenas dados”).

Enquanto Durkheim deixa mostrar certo entusiasmo para o uso futuro da sociologia, crendo no desvelar da “essência da ordem social” e na captura das leis da sociedade, Weber frisa que o caráter formal das ciências não assegura por si a utilidade e o valor do conhecimento produzido. É algo parecido com o que expõe o TLP 6.52: cientificamente não há como dissolver os problemas práticos, que são subjetivos. Os procedimentos formais são posteriores à decisão dos fins buscados (ou do objeto de pesquisa), cuja relevância não pode ser deduzida logicamente. É um movimento análogo à constituição dos objetos no TLP: a linguagem os afigura, mas o número existente de objetos é praticamente infinito – é necessário um recorte. Quanto a leis científicas, Weber (1949, p. 80) parece estar de acordo com o TLP, ao considerá-las como heurísticas, isto é, apenas ilustrativo de possíveis conexões objetivas. Elas não exaurem o valor das “proposições verdadeiras”, que constituem as ciências para o TLP. Já para Durkheim, elas são o objetivo último, que possibilitarão a previsão de diversas conexões causais.

Do início do século XX até os dias de hoje, a sociologia se desenvolveu e foi muito além das demarcações epistemológicas de Weber e Durkheim, chegando até a paradigmas distintos como o de Latour. Mas está viva a utilização do discurso factual para a edificação do conteúdo empírico, tendo-se em mente que sua relevância para a sociologia é subjetiva – depende de visões pessoais sobre quais fenômenos devem ser abordados pelos sociólogos, e o que fazer com eles. Há aqueles que preferem utilizar um discurso que escape aos axiomas X e Y. Se é sociologia ou não, é um problema conceitual que não pode ser resolvido fora

do discurso factual: o debate pode se estender indefinidamente, uma vez que sobre aquilo que não se pode falar logicamente, pode-se falar infinitas coisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey. *Theoretical Logic in Sociology: Positivism, presuppositions and current controversies*. Berkeley; Los Angeles: UCA Press, 1982.
- BENSON, Nigel. *Introducing Psychology: a graphic guide*. Cambridge: Icon Books, 2007.
- CRYAN, Dan; SHATIL, Sharron; MAYBLIN, Bill. *Introducing Logic: a graphic guide*. Londres: Icon Books, 2008.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- DURKHEIM, Émile; MARX, Karl; PARSONS, Talcott; WEBER, Max. *Introdução ao Pensamento Sociológico*. São Paulo: Centauro, 2008.
- HEATON, John; GROVES, Judy. *Introducing Wittgenstein: a graphic guide*. Londres: Icon Books, 2009.
- HILBERT, Richard. *The classical roots of ethnomethodology: Durkheim, Weber and Garfinkel*. Chapel Hill: UNC Press, 1992.
- _____. *The classical roots of ethnomethodology: Durkheim, Weber and Garfinkel*. Chapel Hill: UNC Press, 1992.
- JAIN, S. *Bourdieu's sociology: A post-positivist science*. Thesis Eleven, 117, p. 101-116, 2013.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- _____. *Reassembling the Social*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- PEARS, David. *As Idéias de Wittgenstein*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- PHILLIPS, Derek. *Wittgenstein and Scientific Knowledge*. Londres: Macmillan, 1977.
- QUINE, W.V. O. Two Dogmas of Empiricism. *The Philosophical Review*, 60, p. 20-43, 1951.

TORODE, Brian. Resenha. *Language in Society*, 23(2), p. 292-296, jun 1994.

WEBER, Max. *The Methodology of the Social Sciences*. Glencoe: Free Press, 1949.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1985.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Cambridge: Kegan Paul, 1922.

_____. *Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008.

RESUMO

O artigo utiliza a teoria do significado do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein para traçar uma epistemologia da ciência, para, em seguida, analisar as visões de Durkheim e Weber quanto à relação entre sociologia e objetividade.

Palavras-chave: Durkheim, Epistemologia, Linguagem, Weber, Wittgenstein.

ABSTRACT | WEBER AND DURKHEIM, BETWEEN THEM, WITTGENSTEIN

This article uses the theory of meaning displayed in Ludwig Wittgenstein's *Tractatus Logico-Philosophicus* to draw an epistemology of science, and then analyze the relationship between sociology and objectivity in Durkheim's and Weber's views.

Keywords: Dukheim, Epistemology, Language, Weber, Wittgenstein.

RESUMEN | WEBER Y DURKHEIM, ENTRE ELLOS, WITTGENSTEIN

El artículo utiliza la teoría del significado presente en el *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Ludwig Wittgenstein, para sugerir una epistemología de la ciencia y, además, analizar las visiones de Durkheim y Weber sobre la relación entre sociología y objetividad.

Palabras clave: Durkheim, Epistemología, Lenguaje, Weber, Wittgenstein.